

# SUMÁRIO

## 1

<b>REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRA, INGRESSO, PROMOÇÕES E REMOÇÕES .....</b>	<b>21</b>
1. Estatuto da Magistratura Nacional .....	21
2. Poder Judiciário e regras de organização da Magistratura Nacional .....	22
2.1. Estrutura do Poder Judiciário .....	22
2.2. Competência para legislar sobre carreira da magistratura.....	24
2.3. Princípios sobre a carreira da magistratura: normas constitucionais de eficácia plena.....	26
3. Ingresso na carreira .....	26
3.1. Em primeiro grau de jurisdição.....	26
3.1.1. Fases do concurso público .....	27
3.1.2. Atividade jurídica.....	29
3.2. Acesso aos tribunais .....	30
3.3. Acesso ao Superior Tribunal de Justiça .....	31
3.4. Acesso ao Supremo Tribunal Federal .....	31
4. Movimentação na carreira .....	33
4.1. Promoção .....	33
4.2. Pode o juiz ter sua promoção recusada? .....	34
4.3. Outras possibilidades de negativa de promoção do magistrado ....	35
4.4. Ação afirmativa de gênero para acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau .....	36
4.5. Outras alterações e mecanismos relativos à paridade de gênero....	37
4.6. Remoção.....	39
4.7. Permuta .....	42
4.8. Programa Nacional Visão Global do Poder Judiciário .....	44
5. Para aprofundar .....	46
5.1. Idade para aposentadoria compulsória dos magistrados: ADI nº 5430.....	46

5.2. Regime da previdência social dos Magistrados: ADIs nº 3.308, 3.363, 3.998, 4.802 e 4.803 .....	47
5.3. Inconstitucionalidade de abono permanência em atividade para magistrados criado por Lei Estadual: ADI nº 2952 .....	47
5.4. Competência originária do STF para ações de interesse da magistratura .....	47

## 2

<b>DIREITOS E DEVERES CONSTITUCIONAIS FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA .....</b>	<b>51</b>
1. Direitos e garantias .....	51
1.1. Breve histórico das garantias constitucionais da magistratura.....	51
1.2. Garantias constitucionais funcionais .....	55
1.2.1. Vitaliciedade.....	56
1.2.2. Inamovibilidade.....	61
1.2.3. Irredutibilidade de subsídios.....	63
1.3. Garantias constitucionais institucionais.....	65
1.4. Prerrogativas da magistratura previstas na LOMAN.....	67
1.4.1. Agendamento para depor como testemunha .....	68
1.4.2. Prisão.....	69
1.4.3. Notificação ou intimação .....	70
1.4.4. Porte de arma.....	71
1.5. Férias, licenças e concessões.....	71
1.5.1. Férias .....	71
1.5.2. Licenças .....	71
1.5.3. Concessões .....	74
2. Deveres e vedações .....	79
2.1. Deveres do magistrado segundo a LOMAN .....	80
2.1.1. Independência, serenidade e exatidão.....	80
2.1.2. Não exceder prazos .....	81
2.1.3. Urbanidade.....	86
2.1.4. Residência na Comarca.....	88
2.1.5. Assiduidade.....	89
2.1.6. Fiscalização.....	90
2.1.7. Conduta .....	91

2.2.	Vedações da Constituição Federal .....	91
2.2.1.	Magistratura e Magistério.....	92
2.2.2.	Custas ou participação em processo .....	95
2.2.3.	Atividade político-partidária.....	95
2.2.4.	Auxílios ou contribuições .....	99
2.2.5.	Quarentena.....	100
2.3.	Vedações da LOMAN .....	101
2.3.1.	Atividade empresarial .....	101
2.3.2.	Manifestação sobre processos .....	104
2.4.	Magistratura e redes sociais.....	106
2.4.1.	Compartilhamento de mensagem com manifestação político-partidária .....	112
2.4.2.	Participação em grupo de WhatsApp .....	113
3.	Para aprofundar .....	114
3.1.	Equiparação de direitos e deveres da Magistratura e do Minis- tério Público .....	114

### 3

<b>CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL.....</b>	<b>117</b>
1. Deontologia .....	117
2. Histórico.....	120
3. Considerandos .....	122
4. Disposições gerais.....	126
5. Independência.....	127
6. Imparcialidade .....	130
7. Transparência .....	132
8. Integridade pessoal e profissional .....	134
9. Diligência e dedicação .....	138
10. Cortesia .....	139
11. Prudência .....	142
12. Sigilo profissional.....	144
13. Conhecimento e capacitação .....	144
14. Dignidade, honra e decoro.....	146
14.1. Alteração do Código de Ética da Magistratura Nacional.....	146

14.2. Assédio sexual: infração disciplinar de natureza grave.....	148
15. Resumo dos princípios do Código de Ética Nacional .....	148

## 4

### **SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO: CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS, CONSELHOS SUPERIORES E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA..... 151**

1. Corregedorias.....	151
1.1. Funções.....	152
1.2. Competência.....	153
1.3. Corregedoria do CNJ .....	154
2. Ouvidorias .....	156
3. Conselhos Superiores.....	158
3.1. Conselho da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho .....	158
3.2. Conselhos da Magistratura.....	159
3.3. Conselho Nacional da Magistratura (CNM).....	159
4. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	160
4.1. Berço dos Conselhos de Justiça .....	160
4.2. Órgão do Poder Judiciário.....	161
4.3. Composição .....	162
4.4. Conselheiros .....	164
4.5. Competência.....	164
4.5.1. Administrativa e financeira .....	164
4.5.2. Cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.....	165
4.5.3. Não jurisdicional .....	165
4.5.4. Concorrente .....	166
4.5.5. Ações contra decisões do Conselho Nacional de Justiça ...	167
4.6. Atribuições.....	167
4.6.1. Correcional.....	168
4.6.2. Regulatória .....	170
4.6.3. Gestão de dados.....	172
4.6.4. Coordenação das Corregedorias .....	172
4.6.5. Inspeções e correições .....	172
4.6.6. Planejamento e coordenação de políticas judiciárias nacionais .....	174

5. Para aprofundar .....	174
5.1. Reclamação Disciplinar (RD) .....	174

## 5

### **RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS..... 175**

1. Responsabilidade administrativa .....	175
1.1. Direito Disciplinar .....	175
1.2. Imunidade .....	176
1.3. Penalidades .....	179
1.3.1. Advertência .....	179
1.3.2. Censura .....	180
1.3.3. Remoção compulsória.....	180
1.3.4. Disponibilidade conforme Resolução nº 563/2024 do CNJ .....	181
1.3.5. Aposentadoria compulsória .....	185
1.3.6. Demissão .....	187
1.4. Procedimento disciplinar .....	188
1.4.1. Resolução nº 135/2011 do CNJ.....	188
1.4.2. Investigação preliminar .....	189
1.4.3. Processo Administrativo Disciplinar contra magistrados (PadMag).....	190
1.4.3.1. Princípios .....	190
1.4.3.2. Competência concorrente .....	190
1.4.3.3. Defesa prévia .....	190
1.4.3.4. Quórum para instauração .....	191
1.4.3.5. Prazo para ser concluído .....	191
1.4.3.6. Afastamento de magistrado .....	191
1.4.3.7. Manifestação do Ministério Público.....	192
1.4.3.8. Fase de citação de defesa.....	192
1.4.3.9. Fase de instrução probatória.....	192
1.4.3.10.Sessão de julgamento .....	193
1.4.4. Prescrição .....	194
1.4.5. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): Proveniente nº 162/2024 do CNJ .....	194

1.4.6. Para aprofundar .....	199
1.4.6.1. Dosimetria da pena disciplinar .....	199
2. Responsabilidade civil .....	200
2.1. Panorama geral.....	200
2.2. Teoria da dupla garantia: Tema 940 do STF .....	201
3. Responsabilidade criminal .....	203
3.1. Foro por prerrogativa de função.....	203
3.2. Prisão.....	205
3.3. Perda do cargo .....	206
4. Independência das instâncias .....	207
5. Improbidade administrativa .....	207
6. Para aprofundar .....	208
6.1. Lei de Abuso de Autoridade.....	208

## 6

### **PRINCÍPIOS DA CONDUTA JUDICIAL DE BANGALORE E CÓDIGO IBERO-AMERICANO DE ÉTICA JUDICIAL..... 211**

1. Histórico.....	211
1.1. Grupo de Integridade Judicial ( <i>The Judicial Integrity Group</i> )....	211
1.2. Objetivo .....	212
1.3. Dificuldades .....	213
1.4. Resultado do 1º Encontro do Grupo da Integridade Judicial.....	213
1.5. Resultado do 2º Encontro do Grupo da Integridade Judicial.....	213
1.6. Processo de Consulta.....	213
1.7. Princípios da Conduta Judicial de Bangalore.....	214
1.8. Comissão de Direitos Humanos.....	215
1.9. Comentários aos Princípios de Bangalore da Conduta Judicial .....	215
1.10. Medidas para a Implementação eficaz dos Princípios de Conduta Judicial de Bangalore.....	215
1.11. Programa Global para a Promoção de uma cultura da legalidade .....	216
1.12. Como desenvolver e implementar Códigos de Conduta Judicial ....	217
1.13. Retrospectiva do breve itinerário .....	217
2. Observações técnicas .....	218
2.1. Os Princípios de Bangalore são um Código de Condutas?.....	218

2.2.	Os Princípios de Bangalore foram adotados em outros países? ...	218
2.3.	São valores ou princípios? .....	218
2.4.	O que são padrões internacionais ( <i>international standards</i> )?.....	219
2.5.	Na elaboração dos Comentários aos Princípios da Conduta Judicial de Bangalore quais as fontes utilizadas? .....	219
2.6.	Prefácio da edição brasileira.....	220
2.7.	Como ler os Comentários aos Princípios da Conduta Judicial de Bangalore? .....	220
3.	Preâmbulo.....	221
4.	Independência.....	227
5.	Imparcialidade .....	234
6.	Integridade.....	241
7.	Idoneidade .....	243
8.	Igualdade.....	249
9.	Competência e diligência .....	251
10.	Resumo dos Princípios de Bangalore.....	255
11.	Bangalore e o Conselho Nacional de Justiça .....	256
12.	Bangalore no ENAM (Exame Nacional da Magistratura) .....	256
13.	Código Ibero-americano de Ética Judicial .....	260
14.	Para aprofundar .....	268
14.1.	Direito Administrativo Global da Magistratura (DAG).....	268
14.2.	Código de Conduta para os membros da Suprema Corte dos Estados Unidos da América.....	269
14.3.	Tutela multinível de direitos e os Princípios de Bangalore .....	269

## 7

### **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO .....** **271**

1.	Introdução .....	271
2.	Estratégia Nacional do Poder Judiciário .....	273
2.1.	Disposições gerais .....	274
2.2.	Alinhamento do Poder Judiciário à Estratégia Nacional.....	275
2.3.	Execução da Estratégia Nacional.....	276
2.4.	Monitoramento e Avaliação da Estratégia Nacional.....	276
2.5.	Governança.....	278
2.6.	Encontros Nacionais do Poder Judiciário.....	278

2.7.	Conceitos importantes sobre os Macrodesafios do Poder Judiciário .....	279
2.7.1.	Macrodesafios da perspectiva da sociedade .....	279
2.7.2.	Macrodesafios da perspectiva de processos internos.....	279
2.7.3.	Macrodesafios da perspectiva de aprendizado e crescimento .....	281
3.	Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário .....	284
3.1.	Finalidade da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação .....	285
3.2.	Conceitos definidos pelo CNJ para fins de enfrentamento do Assédio e da Discriminação .....	285
3.3.	Quais os princípios e as diretrizes gerais da política de enfrentamento ao assédio e à discriminação no Poder Judiciário? .....	287
3.4.	Gestão e organização do trabalho .....	288
3.5.	Identificada situação de assédio no âmbito do Poder Judiciário, como realizar o acolhimento, o suporte e o acompanhamento do caso? .....	290
3.6.	Procedimento da notícia de assédio ou discriminação .....	291
3.7.	Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual.....	293
3.8.	Infrações, procedimentos disciplinares e penalidades.....	295
3.9.	Do alinhamento com o planejamento estratégico.....	296
3.10.	Disposições gerais e finais.....	296
4.	Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário .....	298
4.1.	Disposições gerais .....	298
4.2.	Definições.....	299
4.3.	Plano de Logística Sustentável.....	300
4.4.	Elaboração do Plano de Logística Sustentável .....	301
4.5.	Monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável....	302
4.6.	Unidade de sustentabilidade .....	303
4.7.	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.....	305
4.8.	Contratações sustentáveis.....	305
4.9.	Balço de Sustentabilidade no Poder Judiciário .....	307
4.10.	Disposições finais e transitórias.....	308
5.	Sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário .....	310
5.1.	Definição e estrutura .....	310



5.2.	Diretrizes para concepção e implementação de sistemas de integridade.....	311
5.3.	Elementos fundamentais que devem nortear o sistema de integridade dos órgãos do Poder Judiciário.....	311
5.4.	Conceitos relevantes.....	312
5.5.	Comitê de Integridade do Poder Judiciário.....	312
6.	Medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário.....	314
6.1.	Tema nº 1184 do Supremo Tribunal Federal.....	314
6.2.	Diretrizes do CNJ para análise de execuções fiscais.....	315
7.	Balcão Virtual.....	317
8.	Núcleos de Justiça 4.0.....	318
9.	Juízo 100% Digital.....	322
10.	Outros atos normativos do CNJ.....	326
10.1.	Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.....	326
10.2.	Emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.....	328
10.3.	Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero.....	328
10.4.	Bancas examinadoras para ingresso na carreira da Magistratura ....	331
10.5.	Condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição.....	331
10.6.	Concessão de licença-paternidade, licença à gestante e de licença à adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro.....	332
11.	Para aprofundar.....	334
11.1.	A gestão do Gabinete dos Corregedores-Gerais.....	334
<b>8</b>		
	<b>LEITURA OBRIGATÓRIA.....</b>	<b>337</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>339</b>
	<b>PRECIOSIDADES HISTÓRICO-JURÍDICAS.....</b>	<b>343</b>